

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

DO AVIAMENTO à GLOBALIZAÇÃO, FACETAS DO (SUB)DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA
PARAENSE

Sérgio Roberto Bacury de Lira (UFPA)

Do Aviamento à Globalização, facetas do (sub)desenvolvimento da Economia Paraense

RESUMO

Este artigo analisa o desenvolvimento da economia do Estado do Pará, no seio da Amazônia, no decorrer do século XX, desde a fase áurea da economia da borracha até os dias atuais, em que predomina a globalização. Demonstra como se sucedeu cada uma das fases econômicas da economia paraense, quais os fatores determinantes de cada fase, quais os modelos econômicos que se impuseram sobre a economia local e como esse processo esteve vinculado e subordinado ao desenvolvimento regional e nacional brasileiro. Evidencia que o processo histórico de ocupação e desenvolvimento do Pará no século XX sempre esteve determinado por fatores extra-regionais, a partir da demanda externa pelos recursos naturais locais, incorrendo com que o processo de desenvolvimento que permeia atualmente a economia paraense seja dependente, desigual e de caráter subdesenvolvido.

Introdução

Ao iniciar o século XX a economia do Estado do Pará, no norte do Brasil, encontrava-se voltada exclusivamente para a exploração e exportação do látex da borracha, com base no modelo primário-exportador que reinava na região, mantendo intensos e contínuos fluxos comerciais diretamente com o mercado internacional, mais precisamente com os Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha, sem intermediação e vínculo com o mercado nacional. Estava-se vivendo o esplendor do *boom* da borracha brasileira, e por conta desse surto econômico transparecia uma realidade de progresso e de prosperidade local, pois, afinal, a borracha só perdia para o café em termos de importância econômica no âmbito da economia brasileira.

No final do século XX a economia paraense apresentava uma realidade completamente diferente: tendo o Pará assumido o papel *por excelência* de captador/gerador de divisas externas essenciais para o desenvolvimento da economia brasileira, desde meados da década de 1970, abrigou em seu território inúmeros empreendimentos capitalistas de grande porte, intensivos em capital, voltados, sobretudo para a extração e beneficiamento mineral, que têm destinado sua produção exclusivamente para o abastecimento do mercado internacional, em consonância com a política de desenvolvimento da economia nacional.

O que percebe, de imediato, é que ao longo do século passado a economia do Pará evoluiu de uma situação restrita a um único produto extrativo vegetal que fomentava a sua base de exportação, apoiada em um sistema imposto pela preponderância do capital mercantil, para uma situação em que o seu dinamismo encontra-se centrado na exportação quase que exclusivamente de um conjunto de produtos de origem extrativo mineral, regido pela culminância do capital industrial na região. Não se trata, evidentemente, de uma simples substituição de produtos ou da forma de manifestação do capital no processo de desenvolvimento da economia paraense, mas sim da constatação de que à economia paraense foi imposto um novo padrão de desenvolvimento, que resultou numa radical transformação da sua estrutura produtiva ao longo do século XX, determinado, por um lado, pela transmutação do modelo de desenvolvimento da economia brasileira e, por outro lado, pela presença determinante do Estado brasileiro no processo de desenvolvimento da Amazônia, do qual o Pará foi um dos grandes beneficiados.

Evidenciar a forma e o contexto em que ocorreu essa transformação econômica do Pará, com suas nuances e repercussões, constitui-se objetivo deste artigo. Para tanto, estruturou-se este artigo em seis tópicos: no primeiro, analisa-se o desenvolvimento da economia paraense no início do século XX, no auge da economia da borracha; no segundo, como ocorreu a inserção da economia paraense no mercado nacional brasileiro no período pós-economia da borracha; no terceiro, como o Pará se transformou em agente captador de recursos externos no bojo da política de desenvolvimento regional concebida pelo governo militar em meados da década de 1970; no quarto, analisa-se o perfil da economia paraense nos anos noventa, quando do pleno funcionamento dos grandes projetos produtivos e de infraestrutura implantados em seu território; no quinto, as dificuldades e desigualdades ocorrentes na economia paraense em decorrência do modelo de desenvolvimento imposto pelos grandes projetos; e, no sexto e último tópico, as considerações finais a partir da análise da perspectiva de desenvolvimento da economia paraense no bojo da globalização econômica.

Borracha e aviamento, retratos da economia paraense no início do século

Entre o final do século XIX e o início do século XX, a Amazônia vivia o auge do ciclo econômico da borracha. Muito embora o início da fase de expansão gomífera na região datasse de 1840, somente após a demanda mundial por esse produto ter se vinculado à premente utilização da borracha na indústria suscitada pela segunda revolução industrial, principalmente no ramo automobilístico, é que passou a ter importância estratégica para o desenvolvimento da região. Em vista disso, as cotações de preço da borracha em moeda

estrangeira ocorrida em Belém, capital do Pará, elevaram-se a partir de 1866, atingindo seu ápice no período de 1889 a 1910.

A zona de produção da borracha na região se estendia de Belém até o Xingu e o Tapajós, no Pará, aos rios Madeira e Purus, no Amazonas, detendo essas duas áreas geográficas o controle da oferta desse produto para o mercado internacional. A borracha não apenas passou a substituir o cacau como produto primário-exportador regional, mas tornou-se o *staple* da Amazônia. Mais importante ainda é que, devido à forte demanda externa, o extrativismo da borracha tornou-se preponderante na região, não permitindo a expansão de quaisquer outros setores produtivos, a não ser a atividade mercantil vinculada à comercialização desse produto.

Portanto, ao iniciar o século XX a estrutura produtiva do Pará encontrava-se voltada exclusivamente para a extração e exportação da borracha, vivendo o esplendor do momento em decorrência das elevadas cotações do preço desse produto no mercado externo. A título de registro, no ano de 1900 a cotação média da borracha fina tinha alcançado 8\$678 réis por quilo em Belém, seis vezes maior que no início dos anos de 1860, muito embora em 1898 tivesse chegado ao patamar de 10\$560 réis (SANTOS, 1980). De qualquer forma, esta realidade propiciava um aparente surto de progresso e de prosperidade ao Pará, fazendo com que Belém fosse chamada de “Capital do Eldorado” ou de “Liverpool brasileira” (MOREIRA, 1982).

O Pará era responsável por uma parcela significativa da borracha produzida na região, possuindo inclusive um porto estruturado e adequado para a exportação desse produto. Em Belém, capital do Estado, estava assentada a estrutura mercantil vinculada à economia da borracha, representada, por um lado, pelas casas exportadoras, casas importadoras, aviadores e varejistas, controladas por americanos, ingleses e portugueses, e por outro lado, pelas sucursais de importantes bancos estrangeiros.

Essa dinamicidade provocada pela atividade gomífera resultou com que a estrutura produtiva do Pará, nesse período, tenha se tornado extremamente concentrada e dependente da borracha, não permitindo o encadeamento de efeitos para frente (*forward linkages*), tanto que o setor industrial existente era incipiente e voltado para o atendimento parcial da demanda de alimentos e produtos tradicionais, sem vinculação com a borracha. A isso se somou a resistência à monetização da economia regional em decorrência do aviamento – modalidade de crédito sem a existência do dinheiro em que esse crédito é ressarcido com a entrega do produto físico financiado, tendo este determinado o padrão de financiamento da borracha e substituído o papel que deveria ser exercido pelo mercado interno regional. Em suma, foi

inviabilizado o desenvolvimento regional e, evidentemente, do Pará, a partir e em função da atividade gomífera.

A crise da economia da borracha aprofundou essa situação. Justamente a partir do início do século XX, no auge da borracha, surgiram as primeiras manifestações de crise dessa atividade na região, entrando o setor em colapso a partir da segunda década. Com a concorrência da borracha asiática no mercado internacional, a partir dessa época, a borracha amazônica perdeu competitividade, pois em função da forma como ocorria o aviamento os custos da produção regional eram extremamente elevados. Além disso, o padrão tecnológico regional estava baseado no extrativismo, com a utilização de técnicas de produção da matéria-prima bastante rudimentares, resultando em um produto sem qualidade homogênea, com baixa produtividade e elevado custo.

Como a crescente demanda externa pela borracha já vinha suscitando o surgimento de plantios na Ásia, em moldes capitalistas e com base em grandes plantações, a entrada em operação desses cultivos a partir do início do século XX levou à crise a economia da região. Em decorrência disso, a economia paraense entrou em declínio, desestruturando-se a atividade gomífera e a atividade mercantil vinculada àquele setor. Como a economia da borracha desenvolvia-se desvinculada de qualquer estratégia nacional de desenvolvimento, nos moldes do “arquipélago de ilhas regionais” existente no país, e a política governamental nesse período estava direcionada para a sobrevivência da economia cafeeira, a crise da borracha levou a região à estagnação econômica, afetando principalmente o Pará.

Na primeira metade dos anos quarenta, com a assinatura dos “Acordos de Washington” – estabelecimento de 28 acordos entre os governos do Brasil e dos EUA com vistas a, dentre outros objetivos, garantir o fornecimento de borracha para os americanos durante a 2ª guerra mundial, a exploração da borracha foi retomada na Amazônia de forma intensiva, sendo reerguidos os seringais nativos existentes no Pará, no Amazonas e no Acre. Nessa segunda etapa, por conta dos “Acordos”, o Estado brasileiro passou a exercer o monopólio da compra e venda da borracha e a financiar essa atividade, por meio do Banco de Crédito da Borracha, criado especificamente para esse fim. Por esse meio, foi em grande parte substituído o aviamento na região e implementado o crédito por meio de recursos públicos, determinando com isso o início de um processo de inserção e de manutenção do Estado brasileiro no desenvolvimento regional.

Essa segunda etapa não perdurou por mais de cinco anos, tendo sido concluída em 1947, após o término da 2ª guerra mundial e a retomada dos seringais asiáticos. A crise econômica estabeleceu-se novamente sobre a região, contribuindo para encerrar

definitivamente o modelo primário-exportador existente. Não somente o Pará como também os demais Estados da região ficaram à deriva, à espera de uma nova onda gerada pelo mercado extra-regional.

Integração nacional e inserção do Pará no mercado nacional

O término da etapa anterior, acima exposta, coincide com o período de intensificação da industrialização brasileira, no auge da sua primeira etapa substitutiva de importações, e com o início do processo de internacionalização do capital produtivo em escala mundial. Em outras palavras, diante da crise amazônica descortinava-se no mercado extra-regional um novo período de acumulação de capital, tanto no âmbito da economia nacional quanto no espaço mundial.

Fazer parte e inserir-se nesse processo de ampliação e reprodução do capital era questão de tempo e de oportunidade ou, melhor dizendo, de ser definido uma nova forma de participação da região (e do Pará) na divisão inter(nacional) do trabalho. Mas, para tanto, por um lado a região precisava ser (melhor) valorizada economicamente e, por outro lado, a região precisava se integrar à economia nacional.

O início desse processo se deu a partir dos anos cinquenta, inicialmente com a transformação do Banco de Crédito da Borracha em Banco de Crédito da Amazônia, em 1950, e, em seguida, com a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPEVEA, em 1953, em função do dispositivo criado na Constituição Federal de 1946, que criava um fundo regional composto por 3% da arrecadação tributária da União, dos Estados e dos Municípios.

Essas duas instituições com atribuições de valorizar economicamente a região, na medida em que ainda não havia uma estratégia nacional de desenvolvimento regional definida, estabeleceram-se em Belém, e a partir do espaço paraense começaram a incentivar projetos econômicos e de infra-estrutura na região. Um dos projetos mais relevante incentivado pela SPVEA foi justamente a construção da rodovia Belém-Brasília, que interligou, por intermédio da capital do Pará, a região ao Centro-Sul do país. Esses fatores ensejaram com que a grande maioria dos projetos incentivados pela SPVEA tenha se concentrado no Pará (Tabela 1), na medida em que esses projetos optaram por se localizar onde já havia um maior adensamento socioeconômico, certa infra-estrutura e maiores vantagens locacionais, e o Pará, no contexto da região, apresentava uma economia mais sólida e economia externa já disponíveis (LIRA, 1988).

Evidentemente que, com o incentivo para o estabelecimento de projetos extra-regionais no Pará, sobretudo, e com o acesso à concorrência paulista facilitado pela rodovia Belém-Brasília, foram demolidas as barreiras que protegiam a produção industrial paraense, levando à destruição do setor industrial local e a sua substituição por subsidiárias do Centro-Sul do país (MOURÃO, 1989), incorrendo no processo dialético de “destruição *versus* concentração de capital”, em que a circulação nacional de mercadorias oriundas de São Paulo propiciou a destruição da indústria regional e a concentração do capital por parte da indústria paulista (OLIVEIRA, 1977).

Tabela 1 – SUDAM: Projetos aprovados/Investimentos totais – 1964-1966 - %

Localização do Projeto	1964	1965	1966	1964-1966
Rondônia	-	-	0,4	0,3
Goiás	-	5,6	0,7	1,4
Amazonas	2,4	5,9	4,8	4,6
Maranhão	-	6,9	6,2	5,5
Amapá	-	-	10,5	7,3
Mato Grosso	-	8,0	11,0	9,0
Pará	97,6	73,6	66,4	71,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SUDAM

Era a conseqüência natural do processo de integração da economia nacional que, embora tivesse por princípio a homogeneização do espaço nacional a partir da lógica industrializante, acabava por acentuar a desigualdade inter-regional e definir novo papel à região no contexto do processo capitalista nacional.

A substituição da SPVEA pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, em 1966, no bojo da “Operação Amazônia”, que se constituiu em um bloco integrado de mudanças institucionais, em nada alterou esse quadro, o que levou com que isto fosse utilizado, no plano intra-regional, como pretexto para que fosse criada, no âmbito da parte ocidental da Amazônia, a Zona Franca de Manaus – ZFM. A implementação da SUDAM e da política de incentivos fiscais regionais reforçou ainda mais essa diferenciação intra-regional, pois o processo de transformação socioeconômica continuou a se manifestar de forma desigual no espaço regional, intensificando a configuração de subespaços diferenciados de ocupação econômica (BUARQUE et alli, 1995).

Os anos setenta, subseqüentes, tiveram uma importância ímpar para a manutenção e aprofundamento desse quadro e, principalmente, para a configuração do papel a ser exercido pelo Pará no contexto do desenvolvimento nacional. A princípio, a estratégia de desenvolvimento nacional-regional definida para os primeiros anos da década, em torno do

I Plano Nacional de Desenvolvimento, priorizou o processo de integração nacional a partir de duas ações básicas: a construção das rodovias Santarém-Cuiabá e Transamazônica – interligando a Amazônia ao Nordeste e ao Centro-Sul do país –, e a implantação dos Programas de Integração Nacional – PIN e de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste – PROTERRA.

Essas duas ações tiveram impacto direto sobre o Pará, na medida em que o seu território se constituiu no espaço onde a efetivação tanto dessas rodovias de integração quanto desses Programas de desenvolvimento ocorreu com mais intensidade. Essas ações ampliaram os eixos de penetração populacional em direção ao Pará, e também de integração econômica interna, principalmente com relação aos setores da agricultura, pecuária e extração madeireira, com menor ênfase no contexto regional, criando uma expectativa de desenvolvimento que não se sustentou ao longo do tempo, visto que a partir de 1974, em decorrência do transtorno das contas externas do país, o governo federal desacelerou o ritmo dessas ações até o seu total abandono.

Consequentemente acumulou-se uma série de problemas de cunho socioeconômico, resultando em anos posteriores na explicitação de problemas relativos a conflitos agrários, desmatamento, agressão ao meio ambiente, geração incipiente de emprego e renda, morte e violência no campo, etc. O mais relevante é que essas ações não resultaram em alteração na estrutura econômica do Pará, nem mesmo na ampliação do setor produtivo do Estado.

A transformação do Pará em agente captador de recursos externos

A transformação da estrutura produtiva do Pará somente ocorreu a partir da segunda metade dos anos setenta, com o desdobramento da crise econômica gerada pelo transtorno das contas externas do país em 1974. Como o país, diante do cenário internacional, resolveu reiterar deliberadamente a opção pela manutenção do crescimento, com base no financiamento externo, ao invés de desacelerar o crescimento de sua economia, o que significava de antemão o aprofundamento do endividamento externo, seria necessário investir naqueles empreendimentos considerados como vitais para a nova etapa de desenvolvimento da economia brasileira.

Em função disso, ao ser estabelecido o II Plano Nacional de Desenvolvimento, foram definidas metas ambiciosas de crescimento da economia nacional, exigindo, contudo, a sua ordenação do espaço nacional, através da desconcentração da indústria nacional e da participação das regiões periféricas na produção industrial. No caso da Amazônia, que apresentava potencialidades econômicas ainda não exploradas, teria que dar sua parcela de

contribuição por meio do aumento das exportações de matérias-primas e insumos básicos, garantindo assim a manutenção das altas taxas de crescimento do PIB brasileiro (LIRA, 2005).

Consequentemente, as riquezas minerais e o potencial energético da região assumiram papel fundamental nesse contexto, condicionando o seu aproveitamento econômico por meio de grandes empreendimentos econômicos, que passaram a ser conhecidos como “grandes projetos”, dada a magnitude e o tipo de capital investido e o porte dos empreendimentos no contexto da região amazônica. Esta estratégia consolidou-se ainda mais com o aprofundamento da crise econômica brasileira após a eclosão do segundo choque dos preços do petróleo no mercado internacional, combinada com a elevação das taxas de juros americana, em 1979.

Isto acelerou e intensificou a implantação desses projetos na região, principalmente após o governo federal ter criado em novembro de 1980 o Programa Grande Carajás – PGC, que se constituiu em mais um programa de desenvolvimento regional, com um regime especial de concessão de incentivos fiscais, creditícios e outros, mas direcionado tanto para os empreendimentos produtivos quanto para os de infra-estrutura física necessária à viabilização econômica desses empreendimentos produtivos, sobretudo os do ramo mineral, em sua área de abrangência.

Com mais essa linha de financiamento viabilizaram-se economicamente inúmeros projetos, mesmo aqueles que já tinham iniciado o seu processo de implantação. Isto beneficiou diretamente o Pará, visto o raio de abrangência do PGC contemplar, em grande medida, o território paraense. Assim, e pelo fato da necessidade da vinculação da localização dos empreendimentos minerais à proximidade das jazidas, o mesmo ocorrendo com a construção de hidrelétricas, os projetos industriais e de infra-estrutura suscitados pelo II PND na região passaram a se localizar basicamente no território paraense, resultando com que o Pará assumisse o papel que tinha sido atribuído à região: de captadora/geradora de divisas externas.

Até 1975 a mineração não tinha importância como atividade relevante na economia paraense. Nesse ano havia registro somente da produção de caulim, oriundo da Cadam, que iniciou suas atividades em 1971, em Monte Dourado, e de areia e granito, em quantidade insignificante, sem relevância econômica. A partir do final dos anos setenta começou a mudar a faceta da economia paraense, com o início da produção de minerais beneficiados e transformados, voltados basicamente para o atendimento do mercado externo (Tabela 2).

Tabela 2 – Produção Mineral – Pará – 1975-2000

10³t

BEM MINERAL	1975	1985	1997	2000
BENEFICIADOS				
Minério de Ferro	-	1.258	43.818	47.673
Bauxita	-	4.206	9.832	11.52
Manganês	-	210	1.329	1.359
Estanho	-	5.459		
Calcário	-	386	639	-
Água Mineral	-	-	58.400	55.193
Cobre	-	-	-	-
Ouro	-	13,0	15,7	14,9
Areia	53	20.075		
Caulim	529	682	192	670
TRANSFORMADOS				
Alumina	-	-	1.100	1.628
Alumínio	-	-	375	366
Silício	-	-	30	-
Ferro Gusa	-	-	286	280
Bauxita Calcínada	-	-	151	-
OUTROS	4	1.396	188	-

Fonte: Empresas, DNPM, Seicom

Elaboração: SEPOF/DIEEST/BDE

* Produção de areia e granito, medida em m³.

Em 1979, entrou em operação o Projeto Jarí, produzindo celulose e outras atividades, em Almeirim, e a Mineração Rio do Norte – MRN, uma *joint-venture* formada com a participação da Companhia Vale do Rio Doce - CVRD, então estatal brasileira, produzindo bauxita metalúrgica, na região do Trombetas, em Oriximiná. Em 1984 iniciou-se a produção de bauxita refratária em Almeirim, pela Mineração Santa Lucrecia, enquanto que nesse mesmo ano entravam em operação as duas primeiras unidades geradoras de energia da UHE Tucuruí, viabilizando, assim, no ano seguinte, em 1985, o início da produção de alumínio primário pela Albrás (com participação acionária da CVRD), em Barcarena; também em 1985 a CVRD deu início à produção de minério de ferro e manganês, na Serra dos Carajás, em Parauapebas.

A partir dos subsídios propiciados pelo PGC e do início da produção de minério de ferro e manganês, em Carajás, várias empresas do ramo sidero-metalúrgico se interessaram em instalar suas bases produtivas na região, iniciando um processo incipiente de verticalização mineral para a geração de ferro-gusa, ferro-silício manganês, silício metálico e outros. O Pará foi beneficiado com alguns desses empreendimentos produtivos, tendo iniciado a implantação dos mesmos a partir de 1988, inicialmente com a Companhia Siderúrgica do Pará – Cosipar e com a Camargo Correa Metais – CCM.

Portanto, no final dos anos oitenta o Pará passava a se consolidar efetivamente como uma economia mineira, retomando a sua integração e vinculação com o mercado internacional

a partir da exportação dos minérios explorados em seu território. Mas esse relevante papel não se restringiu apenas a esses produtos até então realizados no Pará. Em 1991 a CVRD iniciava a sua produção de ouro, em Parauapebas; em 1992 iniciava-se a produção de ouro em Senador José Porfírio, pela Oca Mineração; em 1995 iniciava-se a produção de alumina em Barcarena, pela Alunorte, da qual a CVRD possui participação acionária majoritária, interligando e consolidando o complexo alumínifero no Estado.

No ano seguinte, em 1996, iniciaram-se em Ipixuna do Pará as operações da Pará Pigmentos – PPSA, controlada pela CVRD em associação com outras empresas, produzindo pigmentos à base de caulim, com destino ao mercado internacional. Em 2001 a CVRD assumiu o controle da Cadam, enquanto que em 2002 foi encerrada a produção de bauxita refratária pela Mineração Santa Lucrecia. Em 2004 iniciou-se a produção de cobre, na província mineral de Carajás, em Parauapebas, pela CVRD. Em 2007 a CVRD deverá iniciar a produção de bauxita metalúrgica em Paragominas, e de níquel em Parauapebas.

Em termos concretos, a partir da segunda metade dos anos setenta o Pará transformou-se em uma província mineral, no bojo de uma política nacional de desenvolvimento regional explicitamente voltada para a resolução dos problemas enfrentados pelo processo de desenvolvimento da economia nacional, ocasionando a segmentação do seu território em torno dos seguintes pólos minerais: pólo Trombetas (bauxita metalúrgica e refratária, noroeste e centro norte do Estado), pólo Carajás (minério de ferro, manganês, ouro, cobre e níquel, sudeste do Estado), pólo alumínifero (alumina e alumínio primário, norte do Estado), pólo siderúrgico (ferro-gusa, ferro-silício manganês, silício metálico e outros, suldeste do Estado) e pólo caulínifero (caulim, noroeste e nordeste do Estado).

O Estado brasileiro foi, portanto, o grande responsável por essa transformação estrutural da economia paraense, concebendo uma nova dinâmica e uma nova forma de inserção da economia local (e regional) ao mercado internacional. Isto permitiu com que a CVRD, na época uma empresa estatal, tenha se tornado a principal responsável por esses investimentos produtivos, seja aportando capital sozinha ou em associação com empresas multinacionais em sistema de *joint-ventures*, resultando com que atualmente essa empresa se evidencie como a principal agente de desenvolvimento do Pará, em todos os aspectos.

Esse agregado de investimentos possibilitou a injeção de recursos, na forma de empreendimentos produtivos e infra-estruturais, de mais de US\$ 10 bilhões, em grande parte financiada por meio de empréstimos contraídos no exterior, o que ajudou a ampliar a dívida externa do país ao longo dos anos oitenta. À medida que os empreendimentos entraram em funcionamento e começaram a exportar parte significativa da sua produção, resultou na

captação de novas divisas externas, contribuindo para amenizar o problema da balança comercial brasileira. Com isto, o Pará cumpriu, na íntegra e na sua quase plenitude, a missão prevista para a captação (empreendimentos com financiamento em moeda estrangeira), geração (exportações) e economia de divisas (substituição de importações) indispensáveis ao desenvolvimento da economia nacional.

O novo perfil da economia do Pará a partir dos anos noventa

Com o funcionamento desses empreendimentos, a economia do Pará passou a apresentar um novo perfil e uma dinâmica completamente diferente. O retrato mais evidente dessa nova realidade está expresso na pauta de exportação estadual. No final dos anos setenta, quando do início de produção dos primeiros grandes projetos instalados no Pará, no caso o Projeto Jarí e a MRN, os principais produtos exportados pelo Estado ainda eram do tipo básicos, sem beneficiamento industrial, oriundos do setor extrativo vegetal e animal – madeira, pimenta-do-reino, castanha, camarão e peixe, sendo que estes congregavam 73,6% do valor exportado em 1979 (Tabela 3).

A partir de então, começou a mudar o perfil da pauta de exportação paraense. Com o início da produção de bauxita, celulose, minério de ferro, manganês, alumínio e outros, os produtos do segmento mineral passaram a dominar a pauta de exportação. A partir dos anos oitenta, a pauta de exportação concernente aos produtos considerados como básicos passou a ser dominada pelo minério de manganês, minério de ferro, caulim e bauxita, enquanto que no bloco de produtos semi-manufaturados passou a imperar a exportação de alumínio, alumina, celulose, ferro-gusa, silício e, mais recentemente, cobre.

Com isso, em 1986 os produtos do segmento mineral já representavam 64,8% da pauta de exportação paraense, evoluindo ainda mais nos anos posteriores, tanto que em 2005 os produtos minerais passaram a representar 83,5% da exportação estadual. Todavia, cabe frisar que em decorrência da característica dos projetos instalados, metade desses produtos do segmento mineral faz parte do grupo de produtos básicos, sem incidência de beneficiamento industrial, enquanto a outra metade apresenta tão-somente um incipiente grau de beneficiamento industrial, logo classificados como produtos semi-manufaturados.

No geral, ainda persiste a mesma realidade anterior no que diz respeito a produtos manufaturados, resumindo-se praticamente a exportação de palmito em conserva, representando em 2005 apenas 0,2% da pauta de exportação. Diante dessa realidade, pode-se afirmar que o Pará mudou o perfil da sua produção mas manteve o seu perfil de exportador de matérias-primas.

Tabela 3 – Principais Produtos Exportados – Pará – 1979-2005

US\$ 1.000 FOB

PRODUTOS	1979	1986	1990	2000	2005
Básicos	129.089	444.920	907.024	1.081.766	2.108.093
Minério de Manganês	-	7.290	32.703	42.823	124.843
Minério de Ferro	-	190.786	603.529	681.642	1.450.087
Caulim	2.856	19.279	29.787	151.126	224.082
Bauxita metalúrgica	11.488	80.886	147.745	99.315	185.948
Pimenta-do-reino	46.238	91.402	40.562	60.118	37.789
Castanha do Brasil	34.048	15.968	26.316	21.419	22.119
Camarão fresco	19.352	30.594	22.983	20.797	19.716
Soja	-	-	-	-	19.908
Peixe fresco	15.107	8.715	3.399	4.526	23.601
Industrializados	121.867	284.409	624.213	1.346.252	2.622.257
Manufaturados	18.576	9.330	25.759	6.048	8.136
Palmito em conserva	18.576	9.330	25.759	6.048	8.136
Semi-manufaturados	103.291	275.079	598.454	1.340.204	2.614.121
Alumínio primário	-	112.082	301.231	561.422	770.502
Alumina	-	-	-	169.494	422.325
Celulose	13.623	68.573	110.078	141.955	148.569
Madeira em geral	73.008	79.893	140.612	309.031	575.196
Couros e peles	6.869	2.731	5.786	1.207	3.871
Ferro-gusa	-	-	11.231	34.195	353.205
Cobre	-	-	-	-	303.707
Outro silício	-	-	20.639	16.699	36.746
Outros Produtos	13.943	21.905	25.675	119.365	81.159
TOTAL	255.108	739.434	1.548.035	2.441.181	4.811.509

Fonte: CACEX – Banco do Brasil, Ministério da Fazenda, FIEPA

Evidentemente que o resultado desse novo perfil produtivo favoreceu e enalteceu a realidade apresentada pela balança comercial do Estado. Com a quase totalidade da produção de minérios e outros produtos relevantes sendo exportados para o mercado externo, e uma incipiente importação de produtos em geral, o saldo da balança comercial do Pará vem se apresentando superavitário, de forma permanente e crescente, duplicando a magnitude de valor a cada metade de década. Em outras palavras, o Pará virou uma verdadeira “usina” de dólares, pois, comparativamente, em média, para cada dólar gasto com importações são produzidos dez dólares com exportações.

Pelos dados da Tabela 4 verifica-se a evolução dessa realidade. Em 1990, quando o Pará se consolida como uma economia mineira, o saldo foi de US\$ 1,3 bilhão, alcançando quase o dobro dez anos depois, no início dos anos 2000. Em 2005, metade da década, portanto, cinco anos depois, o saldo simplesmente tinha duplicado novamente, alcançando US\$ 4,4 bilhões. Esta é a tendência e a trajetória dos resultados dos grandes projetos no Estado, devendo evoluir ainda mais à medida que forem se consolidando os empreendimentos ainda em implantação.

Esse resultado vem contribuindo para atenuar o problema do saldo comercial ocorrente na balança comercial brasileira, principalmente quando esta registra déficits.

Atualmente, a participação paraense equivale, em média, a 10% do saldo da balança comercial brasileira, cristalizando-se assim o relevante papel conferido ao Pará no contexto do modelo desenvolvimentista do governo militar. Todavia, além disso, tem sido importante esse expressivo saldo da balança comercial paraense para compensar o constante déficit apresentado pelo Estado do Amazonas, em decorrência da ZFM, no contexto da região amazônica.

Tabela 4 – Balança Comercial – Pará – 1990-2005

US\$ 1.000 FOB

ANOS	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO
1990	1.548.035	204.750	1.343.285
1993	1.781.049	258.023	1.523.026
1995	2.181.437	338.072	1.843.365
1997	2.264.055	216.781	2.047.275
2000	2.441.181	260.764	2.180.417
2003	2.677.521	290.956	2.386.565
2005	4.807.638	404.401	4.403.237

Fonte: Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio - Sistema Alice
Elaboração: SEPOF/ DIEPI/ GEDE

Os resultados que atestam o novo perfil da economia paraense podem ser também visualizados sob o aspecto da formação do PIB. A partir da implantação dos grandes projetos, o PIB paraense sempre se mostrou expressivo e sua evolução se deu de forma crescente, apresentando, em alguns períodos, taxas superiores às da economia brasileira. Em 2003 o PIB paraense foi de R\$ 29,2 bilhões, o que equivale a 1,9% na formação do PIB brasileiro e a 37,7% no PIB da região amazônica. Essa é a média apresentada pelo Pará ao longo dos anos anteriores, resultando com que essa participação seja a mais expressiva no contexto da região, sendo acompanhada de perto apenas pelo desempenho do PIB do Amazonas, em decorrência da ZFM (Tabela 5).

Muito embora esse desempenho seja resultante principalmente da ação dos grandes empreendimentos industriais do segmento mineral, garantindo ao Pará um novo perfil produtivo, isto não tem feito com que a economia local seja dinamizada e liderada pelo setor industrial ou, melhor dizendo, que o maior responsável pela geração do valor adicionado não seja o setor industrial. Colocando de outra forma, pode-se afirmar que mesmo após a implantação de inúmeros e expressivos projetos industriais, que mudou a faceta da economia paraense, a dinâmica da produção estadual ainda decorre do setor de prestação de serviços e de comércio.

Tabela 5 – Participação do Pará no PIB da Região Norte e do Brasil – 1985-2003

Brasil e Região	1985	1990	1995	2000	2003
Brasil	100	100	100	100	100
Pará	1,5	2,1	1,9	1,7	1,9
Região Norte	100	100	100	100	100
Acre	3,4	2,8	3,3	3,4	3,5
Amapá	3,1	3,3	4,1	3,9	4,0
Amazonas	39,7	36,8	36,7	37,3	36,2
Pará	39,7	41,7	40,3	37,3	37,7
Rondônia	12,4	9,9	9,9	11,1	11,0
Roraima	1,7	2,3	1,6	2,2	2,2
Tocantins	0,0	3,2	4,1	4,8	5,4

Fonte: SEPOF/ DIEPI/ GEDE - IBGE

De acordo com a Tabela 6, o setor de serviço e de comércio continua sendo o que mais tem contribuído para a geração do PIB paraense, mantendo, em média, a sua participação acima de 40%. Na seqüência, o setor industrial com uma participação acima de 30% e, o setor agropecuário, com percentual acima de 20%. Em suma, o Pará deixou de ser uma economia primária, mas ainda não se constituiu em uma economia predominantemente industrial.

Tabela 6 – Participação do Valor Adicionado, por Setor – Pará – 1985-2003

Anos	Valor Adicionado	Agropecuária	Indústria	Serviço e Comércio
1985	100	27,4	30,8	41,8
1990	100	35,7	24,8	39,5
1995	100	29,3	31,4	39,3
2000	100	23,1	30,8	46,1
2003	100	23,6	35,2	41,2

Fonte: SEPOF/ DIEPI/ GEDE - IBGE

Evidentemente que essa realidade é resultado do tipo de industrialização que tem ocorrido no Pará. Pelos dados demonstrados pela pauta de exportação, que evidencia o perfil da produção oriunda dos grandes empreendimentos, o setor industrial de grande porte está assentado fundamentalmente na geração de produtos básicos e/ou semi-manufaturados, com nenhuma evidência significativa na produção de manufaturados. Na verdade, a indústria de transformação responde por apenas metade da participação do setor industrial na formação do PIB, sendo o restante decorrente da indústria de construção civil, da indústria de utilidade pública e da indústria extrativa. Esse é o retrato mais fiel do novo perfil da economia paraense.

Desigualdades e dificuldades no desenvolvimento econômico do Pará

Quando foi concebida a estratégia nacional de desenvolvimento da Amazônia, sob a égide do II PND, foi definido que o processo de ocupação econômica seria espacialmente descontínuo e setorialmente seletivo, com base em um modelo de crescimento do tipo desequilibrado corrigido, a *la Hirschmann*. Em outras palavras, já se concebia de antemão que o crescimento econômico não se manifestaria ao mesmo tempo em todos os espaços geoeconômicos da região, o que iria provocar *a priori* a desigualdade intra-regional do crescimento, dado o seu caráter desequilibrado.

Os grandes projetos constituir-se-iam em pontos ou pólos de crescimento, com intensidades variáveis, expandindo-se por diversos canais e com efeitos diferenciados por toda a economia regional, a *la Perroux*. Cada empreendimento industrial funcionaria como uma espécie de indústria motriz que, a partir de sua dinâmica interna, propagaria e expandiria o crescimento no âmbito regional, beneficiando as demais indústrias em interação e também a própria região, corrigindo o caráter desequilibrado do processo de crescimento.

Na medida em que o Pará assumiu o papel delineado à região pelo II PND, absorveu, sem nenhuma alternativa, o modelo de crescimento concebido, permitindo a internalização de problemas e entraves no seu processo de desenvolvimento, inerentes e já previstos no próprio modelo teórico. Assim, de início, tem-se que em vista desse modelo ter priorizado os setores produtivos mais dinâmicos do ponto de vista do capital e voltados para o atendimento prioritário do mercado externo, a estrutura produtiva paraense vem sendo dinamizada exclusivamente pelos produtos oriundos dos grandes empreendimentos industriais. Os demais setores produtivos, principalmente os setores tradicionais, perderam importância econômica, restringindo a geração de emprego e renda localmente.

Como a produção desses grandes empreendimentos não se internaliza localmente, devido o restrito grau de verticalização industrial e não existência de vínculos com a produção local, o que lhes têm imputado a denominação de enclaves produtivos, tem resultado com que grande parte do espaço econômico paraense ainda encontre-se à margem da dinâmica desse processo de desenvolvimento.

A localização espacial desses empreendimentos no território paraense contribuiu para acentuar essa realidade, pois devido à necessidade de localização dos mesmos à proximidade das jazidas minerais ou da infra-estrutura de transporte e/ou de energia existente, as novas indústrias não se localizaram em cidades já com um elo de desenvolvimento estabelecido ou até mesmo em municípios já estruturados, mas em localidades que somente mais tarde se transformaram em cidades, núcleos urbanos de relevância ou em município

(COELHO et alli, 2003), como é o caso típico de Parauapebas, onde estão localizados os projetos de extração de ferro, de manganês, de ouro e outros produtos explorados pela CVRD.

Somente um número restrito de localidades/municípios, no contexto de algumas regiões econômicas do Pará, é que foi inserido nessa dinâmica econômica, mas de forma não seletiva e desvinculada de uma estratégia locacional de desenvolvimento econômico. O grau de polarização econômica dessas áreas no seu entorno é extremamente restrito ou quase nulo, devido a não-sintonização da produção desses grandes empreendimentos com a produção desses sub-espacos regionais.

Entretanto, como a implantação desses grandes empreendimentos suscitou e estimulou processos migratórios intensos na direção desses sub-espacos, resultou com que desse início a uma demanda por serviços públicos de natureza diversa e crescente, para os quais essas áreas não estavam estruturadas e nem tampouco possuíam recursos suficientes para efetivar o devido atendimento das reivindicações ocorrentes. Ao mesmo tempo, como o crescimento populacional nesses sub-espacos evoluiu a taxas geométricas elevadas e levou a uma ocupação desordenada do espaco, resultou na formação de inúmeros povoados que, posteriormente, evoluíram e transformaram-se em importantes núcleos populacionais e até mesmo em novos municípios, implicando em uma fragmentação territorial e em uma reestruturação espacial do território paraense.

O problema que se apresenta é que esse processo desestruturador e reestruturador do espaco e da economia paraense, ao decorrer da dinâmica propiciada pelos grandes empreendimentos, cria obstáculos para a homogeneização ou espraiamento do desenvolvimento em todo o território paraense. E isto vem se acentuando à medida que se intensifica e se diversifica a produção oriunda desses empreendimentos, pois vem gerando possibilidades distintas de dinamização econômica entre os municípios paraenses.

A entrada em funcionamento desses empreendimentos possibilitou o aumento da receita tributária do Estado, repercutindo também de forma positiva sobre o valor nominal das quotas financeiras pertencentes aos municípios, entretanto esse resultado e o seu efeito redistributivo têm propiciado algumas distorções que têm restringido a capacidade financeira desses entes federativos e, conseqüentemente, a possibilidade de desenvolvimento da economia paraense como um todo.

O caso mais exemplar dessa situação diz respeito ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS. No geral, verifica-se que com o funcionamento das indústrias do setor mineral e a contínua expansão da sua produção, a cada ano, gerando, um maior volume de produtos e comercialização a cada ano, no plano estadual e no âmbito do

mercado externo, tem ocorrido uma expansão do valor nominal de arrecadação desse tributo no Pará. Isto pode ser comprovado com base na Tabela 7, que demonstra que no período 1997-2005 a receita do ICMS quase que quadruplicou, evoluindo de R\$ 769 milhões para R\$ 2,8 bilhões. Muito mais do que o esforço de arrecadação realizado pelo órgão de arrecadação estadual, demonstra muito mais essa Tabela o resultado proveniente do aumento da produção estadual, principalmente oriunda dos grandes empreendimentos minerais, conforme se observa nos dados constantes na Tabela 3.

Tabela 7: Arrecadação de ICMS – Pará – 1997-2005

Em R\$ 1,00

Anos	Valor Arrecadado
1997	769.670.062,44
2000	1.182.958.051,17
2003	2.131.627.442,49
2006	2.851.873.174,04

Fonte: SEFA-PA

Em outras palavras, à medida que os grandes empreendimentos vão ampliando a sua produção aumenta a arrecadação do ICMS no Estado, resultando na ampliação da receita do Estado e dos municípios paraenses. Ocorre que o volume de arrecadação desse tributo pelo Estado deveria ser maior, mas isto não vem ocorrendo porque em decorrência da Lei Complementar nº 87/1996 e suas complementações, mais conhecida como Lei Kandir, passou a ocorrer a desoneração da cobrança do ICMS sobre as exportações de produtos primários e produtos industrializados semi-elaborados ou serviços, além de operações interestaduais relativas a energia elétrica e petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, quando destinados à industrialização ou à comercialização, afetando, com isso, a arrecadação do ICMS sobre os produtos minerais exportados pelo Pará e sobre o consumo de energia comercializada pela Hidrelétrica de Tucuruí.

Conseqüentemente, a partir de meados de 1996 a arrecadação do ICMS ocorrente no Pará tem gerado uma magnitude de valor inferior à capacidade de arrecadação estadual, algo em torno de 14% da receita tributária do Pará (LIRA, s.d.), subtraindo recursos financeiros indispensáveis ao desenvolvimento da economia paraense. A Lei Complementar criou uma compensação financeira sobre essa desoneração tributária, isto é, um sistema de recomposição parcial das perdas decorrentes da isenção do ICMS, entretanto como essa compensação está atrelada à existência de disponibilidades de recursos no Orçamento da União ocorre que, todo ano, os Estados exportadores, como é o caso do Pará, têm recebido recursos vinculados a essa compensação aquém do devido, tornando-se esse item em conflito permanente entre os

Estados e a União e intensas negociações políticas no âmbito do Congresso Nacional que têm gerado resultados insatisfatórios.

Em suma, o Pará vem sendo duplamente penalizado pela Lei Kandir, inicialmente pela redução da receita oriunda do ICMS recolhido e, posteriormente, pela não compensação integral do valor do imposto desonerado conforme estabelecido na legislação. E por conta disso se estabelece um conflito que tem sido transferido para a órbita da crise federativa no país.

Essa realidade vem restringindo a capacidade de receita tanto do Estado quanto dos municípios paraenses. Contudo, na órbita municipal, ainda ocorre uma outra distorção no momento de efetivação do processo de redistribuição do ICMS para os municípios. Pelo princípio do valor adicionado – que corresponde para cada município, ao valor das mercadorias saídas, acrescido do valor da prestação de serviços, no seu território, deduzido o valor das mercadorias entradas, em cada ano civil – levado em conta no cálculo desse imposto que compete a cada município, quanto maior for o nível de agregação de valor ocorrente em um município maior será a sua parcela do ICMS.

Portanto, considerando que os grandes empreendimentos minerais têm gerado produtos com elevado valor adicionado, resultante do (semi)beneficiamento industrial realizado, os municípios onde estão sediados esses empreendimentos têm conseguido ampliar, a cada ano, a sua parcela no total do ICMS redistribuído às instancias municipais no Pará, resultando em uma diminuição correspondente da parcela do imposto pertencente aos demais municípios restantes.

O mais grave é que essa redistribuição, ao ocorrer sobre o total da arrecadação efetivada no Estado e não sobre a arrecadação realizada na órbita de cada município, leva em conta a desoneração propiciada pela Lei Kandir de forma prejudicial aos municípios com baixo valor adicionado, ou seja, quando se calcula o valor adicionado, por exemplo, de um município onde se localiza um grande empreendimento mineral, é contabilizado como crédito desse município o valor do imposto desonerado pela Lei Kandir como se ele tivesse sido efetivamente pago. Consequentemente, esse município não perde a sua receita tributária devida que foi desonerada pela legislação em vigor, só que isto ocorre às expensas dos demais municípios que têm a sua parcela diminuída relativamente, provocando perdas triplicadas àqueles municípios que sobrevivem economicamente da economia tradicional.

De acordo com os dados da Tabela 8, no ano em que entrou em funcionamento a Lei Kandir, em 1996, a redistribuição do ICMS aos municípios paraenses era a seguinte: Belém, capital do Estado, tinha 39,3% do total do imposto redistribuído, enquanto os

municípios onde se encontram localizados os grandes empreendimentos industriais do ramo mineral e mais a UHE Tucuruí, em um total de cinco municípios, tinham 17,8%. A partir desse ano, até 2005, Belém foi reduzindo a sua participação relativa, passando para 21%, ou seja, quase a metade do que possuía em 1996.

Tabela 8: ICMS transferidos aos municípios – Pará – 1996-2005

Em R\$ 1,00

Municípios	1996	%	2000	%	2005	%
Almeirim	4.787.654,44	2,6	5.892.443,69	2,3	14.973.516,91	2,5
Barcarena	6.953.397,42	3,8	10.853.176,19	4,3	42.980.661,89	7,1
Belém	72.205.713,01	39,3	62.248.379,44	24,7	127.547.690,56	21,0
Oriximiná	2.789.779,97	1,5	7.856.591,58	3,1	18.732.051,52	3,1
Parauapebas	6.574.268,29	3,6	27.649.158,83	11,0	60.682.147,46	10,0
Tucuruí	11.504.050,18	6,3	12.212.970,89	4,8	32.735.624,00	5,4
Sub-Total	104.814.863,31	57,1	126.712.720,62	50,2	297.651.692,34	49,1
Total	183.864.758,10	100,0	251.813.832,70	100,0	606.214.991,31	100,0

Fonte: SEFA-PA

Os demais cinco municípios – Almeirim, Barcarena, Oriximiná, Parauapebas e Tucuruí – elevaram a sua participação para 28,2%, quase que dobrando a sua representação. Nesse período, os municípios que concentram a produção de alumina/alumínio (Barcarena), bauxita (Oriximiná) e minério de ferro, de manganês e ouro (Parauapebas), mais do que duplicaram a sua participação, em função da expansão de sua produção.

Dessa realidade, duas observações relevantes: primeira, que Belém foi perdendo importância econômica na agregação de valor gerada no Estado, deixando de ser, portanto, o pólo de desenvolvimento do Pará. Desde o final dos anos oitenta, essa liderança vem sendo exercida paulatina e crescentemente por Barcarena e Parauapebas, principalmente por este último município, sem que estes, entretanto, se apresentem como pólos de desenvolvimento industrial no Estado, em função do caráter de enclave que está presente nos empreendimentos econômicos que dinamizam esses municípios.

Segunda, que esse reduzido número de seis municípios, incluindo a capital do Estado, concentra a metade da receita do ICMS pertencentes ao total de 143 municípios paraenses, o que significa dizer que esse modelo de desenvolvimento imposto ao Pará é concentrador e desigual, pois marginaliza e exclui a quase totalidade dos municípios paraenses de se desenvolverem economicamente nas mesmas condições, em face de se encontrarem dissociados e desvinculados da base produtiva voltada para a exportação.

No seio da globalização: a título de considerações finais

No início dos anos noventa o Estado brasileiro promoveu um amplo processo de liberalização e desregulamentação da economia nacional, expondo-a a competição internacional no bojo do processo de globalização econômica. Isto impôs, no plano nacional, uma ruptura definitiva com o velho padrão nacional-desenvolvimentista que fomentava o modelo de desenvolvimento nacional presente até meados dos anos oitenta, e no plano regional, uma secundarização da problemática regional no país, passando para um segundo plano as políticas compensatórias que vinham sendo adotadas para enfrentar as desigualdades regionais no país, desde os anos sessenta, deixando de ter sentido os tradicionais mecanismos de desenvolvimento regional (ARAÚJO, 2000).

Conseqüentemente, o modelo de planejamento regional que vinha permeando o desenvolvimento da Amazônia deixou de ter importância estratégica para o desenvolvimento nacional, até mesmo porque pela lógica da globalização as decisões estratégicas das corporações capitalistas, sejam nacionais ou transnacionais, determinam que quaisquer dos sub-espacos regionais, como é o caso da Amazônia, podem se configurar no espaço adequado para internalização dos investimentos de capital, desestruturando-se assim a política interna de diferenciação dos espaços regionais.

Portanto, foi-se estruturando no país, a partir dos anos noventa, uma política seletiva que, indiretamente, tem privilegiado as regiões e locais mais promissores do ponto de vista da concorrência global, impondo conseqüentemente, do ponto de vista da dinâmica regional, a substituição do critério de homegeneidade regional pelo de eficiência regional (AMARAL FILHO, 1995).

Evidentemente que em função disso, práticas de incentivos especiais ou exclusivos para o desenvolvimento da Amazônia, passaram a perder importância no âmbito do processo de regionalização brasileira, incorrendo com que a partir do governo Collor os incentivos fiscais regionais que garantiam o desenvolvimento da Amazônia foram se reduzindo, até a sua efetiva eliminação no final do governo Fernando Henrique.

Desde a segunda metade dos anos noventa o esforço desenvolvido pelo Estado brasileiro em prol do desenvolvimento regional está centrado na consolidação dos “eixos nacionais de integração e desenvolvimento” (BRASIL, 1996), por meio do qual são selecionadas as oportunidades de investimento adequadas para o alcance do desenvolvimento, sobretudo, regional. A Amazônia está inserida nesse projeto, repercutindo diretamente sobre o Estado do Pará.

A repercussão dessas medidas sobre o desenvolvimento do Pará ainda está por ser detectado e avaliado, pois ainda não é perceptível o que deixará de ocorrer ou não em termos de surgimento de novos empreendimentos produtivos. É claro que o Pará, no contexto da região, constitui-se ainda em um subespaço interno com potencialidade de inserção global em função dos seus produtos com demanda global e de possuir vias de transporte importantes que garantem vertebramento estratégica de integração global.

Além disso, o perfil produtivo atualmente existente da economia paraense se projeta para o futuro em termos da sua ampliação, principalmente no que diz respeito aos produtos oriundos dos atuais grandes empreendimentos minerais. Há uma clara percepção de que a CVRD, como empresa controladora/participante desses empreendimentos minerais, vem ampliando a sua participação no mercado global a partir dos empreendimentos já existentes, assim como dos novos empreendimentos que estão por se implantarem no Pará.

Todavia, é preciso que seja evidenciado, como conclusão, que não há perspectiva de, no curto e médio prazos, ocorrer uma maior verticalização produtiva desses grandes empreendimentos produtivos no Pará, o que manterá a sua condição de Estado subdesenvolvido no contexto da economia nacional e do espaço globalizado. Essa é a realidade atual da economia paraense em pleno século XXI.

REFERÊNCIAS

- AMARAL FILHO, Jair do. Desenvolvimento Regional Endógeno: (re) construção de um conceito, reformulação das estratégias. Revista Econômica do Nordeste. Fortaleza: BNB, v. 26, n. 3, p. 325-346, jul/set 1995
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Brasil nos anos noventa: opções estratégicas e dinâmica regional. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, Recife: ANPUR, A.1, n.2, p. 9-24, mar, 2000.
- BRASIL Plano Plurianual – 1996/1999. Brasília, 1996.
- BUARQUE, Sérgio C.; LOPES, Antero D.; ROSA, Teresa Cativo. Integração fragmentada e crescimento da fronteira norte. In: AFFONSO, Rui B. Álvares; SILVA, Pedro L. Barros (Org). Desigualdades regionais e desenvolvimento. São Paulo: FUNDAP: UNESP, p. 93-123, 1995. (Federalismo no Brasil)
- COELHO, Maria Célia Nunes et alli. Estratégias de modernização na Amazônia e a (re)estruturação de municípios: o caso da implantação de empresas minero-metalúrgicas e de energia elétrica. In: GONÇALVES, Maria Flora et al (Org.). Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional. São Paulo: UNESP; ANPUR, p. 657-694, 2003.
- COSTA, José Marcelino M. Os grandes projetos da Amazônia: impactos e perspectivas. Belém: UFPA/NAEA, 1987. (Cadernos NAEA, 9)
- FIEPA. Desempenho da balança comercial do Estado do Pará em 2005. Disponível em: www.fiepa.org.br/cin. Acesso em: 05 out. 2006

- LIRA, Sérgio R. Bacury de. Impacto de implantação do pólo siderúrgico na estrutura produtiva e no movimento migratório em Marabá. Belém: IDESP, 1988. (Relatórios de Pesquisa, 12)
- _____. A Zona Franca de Manaus e a transformação industrial do Estado do Amazonas. 1988. (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém.
- _____. Morte e ressurreição da Sudam: uma análise da decadência e extinção do padrão de planejamento regional na Amazônia. 2005. (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém.
- _____. A mineração industrial na Amazônia e o seu impacto na arrecadação tributária. Belém, 44 p. Trabalho não publicado.
- MOREIRA, Eidorfe. Influências amazônicas no Nordeste: reflexos da fase áurea da borracha. Belém: Grafisa, 1982.
- MOURÃO, Leila. Memória da indústria paraense. Belém: FIEPA, 1989.
- OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, planejamento e conflitos de classes. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- OLIVEIRA, Nilda Nazaré Pereira. A economia da borracha na Amazônia sob o impacto dos Acordos de Washington e da criação do Banco de Crédito da Borracha (1942-1950). 2001. (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SANTOS, Roberto História Econômica da Amazônia: 1800-1920. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.
- PARÁ. Secretária Executiva de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças. PIB paraense mantém a trajetória de crescimento maior do que a do Brasil. Disponível em: <http://www.sepof.pa.gov.br>. Acesso em: 04 nov. 2005